



# Anais da Assembléia

Nº 110

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE AGOSTO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**

1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**

2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**

1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**

2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**

3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**

4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado ORLANDO PESSUTI  
PRN ..... Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS  
PFL ..... Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PST ..... Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Jôlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Viela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emari Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 73ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1992**  
**(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Hermas Brandão.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (36). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Eurides Moura, José Arthur Ritti, José Tavares, Lygia Pupatto, Luiz Antonio Setti, Nelson Justus e Severino Félix (18).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Mensagem:**

**MENSAGEM Nº 59/92**

Curitiba, 04 de agosto de 1992.  
 Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do art. 53, inciso IV, da Constituição Estadual, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o Poder Executivo fica autorizado a contrair operação de crédito externo com o Banco Interamericano

de Desenvolvimento - BID, até o valor de US\$ 173.500.000,00 (cento e setenta e três milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América do Norte), para aplicação no Programa de Conservação e Melhoramento da Rede Rodoviária do Estado do Paraná. Visa, ainda, autorizar o Poder Executivo a conceder fiança, garantias e contragarantias até o limite de US\$ 173.500.000,00 (cento e setenta e três milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América do Norte) de forma a atender as disposições legais estabelecidas pela Portaria Interministerial nº 039, de 8 de março de 1984.

A Política do Setor de Transporte do Estado do Paraná, tem como um dos seus objetivos principais, a garantia de operação econômica, eficiente e segura dos seus Corredores de Transporte.

O Programa de Corredores de Transporte do Estado do Paraná fundamenta-se na preservação desse patrimônio público de enorme importância econômica e social e no barateamento do custo de transporte evitando que os produtos exportáveis percam competitividade no mercado internacional e os produtos de consumo interno atinjam custos elevados, dificultando ainda mais a sobrevivência da população, notadamente a de baixa renda.

Além do aspecto econômico o Programa tem também objetivos sociais ao garantir o acesso seguro e confortável da população à infra-estrutura de educação e saúde.

No atual estágio de desenvolvimento do Paraná os Corredores de Transporte são indispensáveis para se alcançar um sistema de transporte equilibrado e de baixo custo. Partindo deste princípio o Programa de Corredores de Transporte do Estado do Paraná, irá possibilitar o aperfeiçoamento do nível de qualidade da malha alimentadora básica já implantada, por meio de melhoramentos capazes de ampliar os níveis de segurança e economia de operação do transporte rodoviário.

Os objetivos gerais deste Programa se inserem integralmente dentro dos objetivos da ação do Governo e visam, melhorar a qualidade de vida da população paranaense.

Seus objetivos podem ser sintetizados em:

- propiciar um nível de esforço adicional na manutenção e melhoramento da Rede Viária Troncal, Alimentadora e Capilar, assegurando maior conforto e economia aos usuários, bem como ampliar o horizonte de vida útil dessa Rede;

- reduzir os custos de transporte, mediante a redução dos custos de operação e de manutenção dos veículos;

- reforçar o papel regional da economia das cidades de pequeno e médio porte, permitindo uma melhor integração e articu-

lação entre o meio urbano e o rural;

- induzir a ampliação das atividades econômicas e a criação de novas atividades, tanto rurais como urbanas, favorecendo maior emprego de mão-de-obra;

- contribuir para a elevação da renda do pequeno e médio produtor agrícola;

- melhorar as condições de segurança nas rodovias estaduais.

A justificativa técnica para implementação do programa está baseada no fato de que no Brasil os pavimentos rodoviários são projetados para uma vida útil de 10 anos. Após este período os pavimentos devem receber manutenção periódica (selagem e recapes) e a consideração deste fato, quando da formulação de Propostas Orçamentárias em tempos passados, não vinha sendo apreciada em sua real dimensão, trazendo como consequência em razão da insuficiência de recursos, um indesejável processo de crescimento na quilometragem de rodovias severamente deterioradas em nosso Estado, gerando perda do patrimônio físico e aumento do custo de transporte.

Podemos ressaltar como fatores mais relevantes no processo de degradação dos pavimentos paranaenses o envelhecimento gradual da malha, o aumento do tráfego pesado e a descontinuidade nos investimentos em manutenção sendo que muitas vezes a alocação insuficiente de recursos para a manutenção rodoviária, está relacionada à dificuldade de dimensionar o volume mínimo de recursos a serem aplicados na conservação da malha.

As dotações orçamentárias para conservação periódica em tempos passados estiveram em desacordo com a necessidade do sistema gerando com isto perda do patrimônio físico através de um processo de comprometimento dos pavimentos, a uma razão de 200 Km/ano, com expectativa de sofrer aceleração nos próximos anos caso esse processo não seja revertido no momento tecnicamente correto, uma vez que o custo da recuperação da rodovia aumenta de duas a quatro vezes num período relativamente curto de tempo. Ressalta-se ainda, que o aspecto mais contundente desta situação é o significativo aumento do custo de transporte e suas consequências econômicas pois o custo operacional dos veículos aumenta substancialmente com a deterioração dos pavimentos. Um dólar não aplicado em manutenção gera um aumento de custo operacional de 2 a 3 dólares.

Estudos realizados para o Estado do Paraná demonstraram que caso não haja uma mudança radical na forma de elaborar a política de manutenção das rodovias haverá como consequência, um prejuízo ao Estado nos próximos 20 anos de 2,5 bilhões de dólares o que equivale a praticamente todo o patrimônio estadual em rodovias.

É importante ressaltar que a falta de investimentos na conservação não esteve relacionada obrigatoriamente à incapacidade financeira do Estado de investimentos mais sim a critério e diretrizes que não contemplaram a conservação rodoviária como prioritária.

A atual administração Estadual, consciente da necessidade de investimentos na conservação do patrimônio público representado pelas rodovias estaduais, estabeleceu como meta prioritária os investimentos neste setor, onde o Programa de Corredores de Transporte, com captação de recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, desponta como um marco no processo de identificação da conservação do patrimônio rodoviário como uma prioridade de permanente da administração estadual.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a contrair operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, até o valor de US\$ 173.500.000,00 (cento e setenta e três milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América do Norte), para aplicação no Programa de Conservação e Melhoramento da Rede Rodoviária do Estado do Paraná.

Art. 2º - O prazo de amortização, carência, juros e comissões obedecerão exclusivamente as taxas praticadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, as normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e as exigências de órgãos encarregados da Política Econômico-Financeira da União.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder fiança, garantias, e contragarantias até o limite de US\$ 173.500.000,00 (cento e setenta e três milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América do Norte) de forma a atender as disposições legais estabelecidas pela Portaria Interministerial nº 039, de 8 de março de 1984.

Parágrafo Único - Para efetivação das garantias previstas neste artigo, o Poder Executivo poderá vincular o direito ao crédito resultante das quotas ou parcelas, de que é titular e que lhes são transferíveis, nas formas do art. 159, da Constituição Federal observadas as suas vedações.

Art. 4º - O Poder Executivo incluirá nos Orçamentos Anuais, por intermédio de projetos específicos, suficientes dotações orçamentárias, para os juros e demais encargos da dívida a contratar, bem como para as amortizações a serem procedidas, no período de vigência da operação de crédito prevista na forma do art. 1º desta Lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

**Ofício:**

Senhor Presidente.

Solicitamos junto à Mesa desta Casa de Leis, justificativa à minha ausência na Sessão Ordinária do dia 10 de agosto do corrente ano, em função de estar representando a Bancada do Partido dos Trabalhadores na Vigília Contra a Corrupção que o Movimento Pela Ética na Política estará promovendo em Londrina.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

Sala das Sessões, em 10.08.92

(a) LYGIA PUPATTO

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1216**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 201/92 (Mensagem nº 54/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 23.052.000,00 (vinte e três milhões, cinquenta e dois mil cruzeiros) ao vigente orçamento próprio da Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão - FACILCAM, visando atender despesas com a conclusão de novas salas de aula e dependências administrativas.

Sala das Sessões, em 10.08.92

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 1217**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para a Proposição nº 87/92 (Mensagem nº 56/92), de autoria do Poder Executivo, que autoriza aquele poder a, através do ITCF, alienar imóvel no município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 10.08.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 1218**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para a Mensagem nº 57/92, de autoria do Poder Executivo, que cria nova alíquota (7%) para cobrança de ICMS incidente sobre tijolos, telhas, tubos e manilhas em cuja fabricação se tenha utilizado, como matéria prima, argila ou barro.

Sala das Sessões, em 10.08.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 1220**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do regimento interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.08.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

**REQUERIMENTO Nº 1223**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata de trabalhos do Poder Legislativo Votos de Congratulações à empresária Maria Christina de Andrade Vieira pela sua eleição à Presidência da Associação Comercial do Paraná e pelas seguidas manifestações em defesa do Paraná e em busca de investimentos no nosso Estado, posturas corajosas e verdadeiramente paranasistas.

Maria Christina de Andrade Vieira será a primeira mulher na história a assumir a presidência da Associação Comercial do PR. Entretanto não é apenas por sua condição biológica que lhe subscrevemos este requerimento. A principal razão para esta simples homenagem é a correta vida empresarial de Maria Christina, pessoa de muitos serviços prestados à sociedade paranaense.

Provinda de tradicional família, Maria Christina angariou respeito e admiração por seus próprios méritos e por um inconfundível estilo de comandar os negócios. Sua gestão fante à ACP é predestinada ao êxito exatamente como são todas as suas iniciativas. A justificativa para isso é a convicção que move os atos da ilustre empresária.

Recentemente no Estado de São Paulo foi objeto de menção em toda a imprensa nacional por estar no centro de uma postura empresarial crítica ao governo e ao empresariado fisiológico. Conclamando os colegas a investirem no Paraná e na economia nacional, Maria Christina reafirmou sua postura paranista e prenunciou o que será o seu modo de administrar a ACP.

Mulher sensível às questões sociais e culturais, Maria Christina é responsável também por importantes eventos na nossa sociedade. Isto parece caracterizar, afinal e por derradeiro, a polivalência e o dinamismo da homenageada.

Em boa hora Maria Christina chega a presidência da ACP e sua voz corajosa, consciência lúcida e atos ponderados certamente trarão grandes inovações àquela conceituada instituição.

Sala das Sessões, em 10.08.92.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO N° 1224

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo Voto de Congratulações à Polícia Militar do Estado do Paraná pela comemoração de seu 138° aniversário de fundação.

A comemoração de mais um aniversário de fundação da gloriosa Polícia Militar do Paraná deve ser uma pausa para reflexão acerca das atividades desenvolvidas pelos profissionais militares do Paraná. A eles incumbe a árdua tarefa de promover a segurança da população, zelando pela integridade pessoal e do patrimônio dos paranaenses. Inúmeros são os casos de policiais que tombaram no exercício profissional, contribuindo com suas vidas para a consolidação da história de uma de nossas mais respeitadas instituições: a Polícia Militar.

Congratular-se com a PMPR por seus 138 anos é congratular-se com todos esses profissionais, independente de cargos, pela contribuição dada ao longo dos anos, a fim de que a nossa Polícia pudesse atravessar mais de um século gozando de ímpolita imagem junto à sociedade.

Que do presente se de ciência ao Senhor Governador do Paraná, ao Secretário de Segurança Pública e ao Comandante da Polícia Militar do PR, solicitando que dê conhecimento a todos os integrantes da corporação.

Sala das Sessões, em 10.08.92.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO N° 1213

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Banco do Brasil, para que seja revisto o processo de fechamento da Agência do Banco no município de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 10.08.92.

(a) TOTI COLAÇO.

#### REQUERIMENTO N° 1214

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Banco do Brasil, solicitando a instalação de uma Agência do Banco no município de Inácio Martins.

Sala das Sessões, em 10.08.92.

(a) TOTI COLAÇO.

#### REQUERIMENTO N° 1215

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde, solicitando a cessão de um aparelho de raio "x" para o Hospital de Caridade Dra. Darcy Vargas, na municipalidade de Rebouças.

Sala das Sessões, em 10.08.92.

(a) TUTI COLAÇO.

#### REQUERIMENTO N° 1219

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, considerando o requerimento apresentado a 06 de agosto corrente em que alguns membros desta Casa solicitam envio de expediente pedindo a renúncia do Sr. Presidente da República - no uso de suas atribuições regimentais requerem que o mesmo seja aditado para incluir remessa de expediente idêntico à Sra. Prefeita do município de São Paulo, pedindo que Sua Excelência renuncie, pelo fatos abaixo justificados.

Sala das Sessões, em 10.08.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE.

JUSTIFICATIVA.

A Administração atualmente exercida pela Sra. Luiza Erundina, na cidade de São Paulo, tem sido desastrosa e vexatória, diante da manifesta incompetência da Prefeita e da sucessão de escândalos que cercam sua gestão, eivada de comprometimentos diante da voracidade de seus companheiros de partido e da baixa qualidade dos assessores que a cercam. Os fatos estão públicos na imprensa e nos tribunais, onde atos administrativos têm sido condenados; majorações de impostos têm sido rechaçadas, tudo a documentar um período caótico, con-

fuso e fracassado. Vejamos:

1. A Administração de Erundina, entre 1989 e 1990, foi denunciada pelo Procurador Geral da Justiça de São Paulo pela formação de quadrilha na CMTc, com o "escândalo das arruelas". A quadrilha então formada, comprou materiais e peças sem licitação, a preços superfaturados, formando um estoque para 130 anos de uso, a preços 615% superiores aos de mercado (Jornal da Tarde, 24.01.91).

2. Erundina está indiciada em ação penal por ter firmado, sem licitação, contratos para a reforma do Autódromo de Interlagos, num negócio de 7,5 milhões de dólares, com duas multinacionais (O Estado de São Paulo, 03.08.92).

3. Caso Lubeca. Erundina e o vice-prefeito Paulo Greenhalg, hoje fora de circulação política, foram envolvidos no caso de negociata para a construção de imóveis com essa firma multinacional (O Estado de São Paulo, 02.11.89).

4. O Tribunal de Contas do Município rejeitou um contrato de 45 milhões de dólares, firmado sem concorrência, pela CET (O Estado de São Paulo, 22.09.91).

5. A 8ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo condenou a Prefeita, por desviar dinheiro para fazer propaganda (Folha da Tarde, 26.03.92).

6. A 1ª Câmara Civil do mesmo Tribunal de Justiça condenou Erundina a pagar do próprio bolso o custo das publicações em jornais, convocando greve geral de 17 de março de 1989 (Folha de São Paulo, 04.09.91).

7. O Tribunal de Contas condenou o gasto de dinheiro público em propaganda e a contratação do ator estrangeiro Jack Palance, para divulgar obras fantasmas, o que foi considerado "um assalto aos cofres públicos" (Folha de São Paulo, 12.10.91).

8. Erundina permitiu que seus assessores desviassem merenda escolar, que acabou sendo distribuída para alimentar porcos em Embu. (O Estado de São Paulo, 14.11.91)

9. A mesma merenda escolar destinada a crianças carentes foi desviada para alimentar participantes de um Congresso da CUT, resultando em inquérito (O Estado de São Paulo, 22.09.91).

10. A Prefeita foi desafiada e não demonstrou as planilhas de custo da CMTc, para justificar o aumento de 1 milhão, 330 mil % do preço das passagens de ônibus na capital de São Paulo, contra uma inflação no período, de 588 mil% (Jornal da Tarde, 07.07.92).

11. A tentativa de sobretaxar os imóveis contribuintes do IPTU em São Paulo, foi derrubada por decisão do Supremo Tribunal Federal, obrigando a Prefeitura a praticar uma alíquota reduzida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (vários jor-

nais).

#### REQUERIMENTO N° 1225

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, solicitando policiamento preventivo na Avenida Sete de Setembro e adjacências, nesta Capital, conforme croqui anexo.

Segundo denúncias da população, grupos de menores delinquentes vêm agindo na região em questão, promovendo saques a estabelecimentos comerciais, arrombamentos, assaltos a transeuntes, especialmente pessoas vindas do interior que desembarcam na Rodoferroviária Estadual.

Tais ações são desenvolvidas principalmente após as 19 horas e têm motivado verdadeiro pânico entre os moradores, transeuntes e comerciantes daquela localidade. As "rondas" policiais que vêm sendo realizadas não produzem qualquer efeito por serem descontínuas e, segundo os próprios moradores, por não ser planejada para conter os menores infratores.

Diante disso e do notório direito da população de ir, vir e ter, confiamos nas enérgicas e imediatas providências do senhor Secretário de Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 10.08.92.

(a) ALGACI TULIO

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 209-92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1° - Fica instituído o DIA ESTADUAL DO TRABALHADOR HOTELEIRO, no Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia 16 de agosto.

Artigo 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.92.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Ao propormos ao douto Plenário da Assembléia Legislativa do PR a presente medida queremos justificá-la pelo elevado respeito aos trabalhadores na hotelaria do Estado do Paraná.

Segundo dados da Federação dos Trabalhadores no Turismo e Hospitalidade do Estado do PR, cerca de 10.000 profissionais estão diretamente envolvidos na promoção do nosso Estado.

E salutar destacar que os servidores em hotelaria desempenham função intimamen-

te ligada à nossa economia. Do profissionalismo e da dedicação dessa categoria depende em grande parte o sucesso da atividade turística.

Para os rigorosos critérios da Empresa Brasileira de Turismo, EMBRATUR, responsável pela classificação dos estabelecimentos hoteleiros, o Estado do Paraná conta com uma admirável rede para atendimento à demanda turística. É inequívoco afirmar que esse destaque deve muito ao trabalho dos servidores hoteleiros.

Instituir o DIA DO TRABALHADOR HOTELEIRO não significa simplesmente atribuir uma data para realização de festas ou homenagens (embora elas sejam plenamente justificáveis). Nossa intenção prima é a de instituir uma data para reunião da categoria e, sobretudo, para discussão da sua realidade trabalhista.

A escolha recaiu sobre a data de 16 de agosto por ser um referencial de confraternização apontado pelos próprios hoteleiros.

Certo do entendimento entre os senhores Deputados das razões que movem a apresentação desta proposição, confiamos no seu acolhimento pela augusta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 210-92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a escola de cantores S. Pio X, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Escola de Cantores S. Pio X, fundada em 2 de junho de 1936 é uma associação de natureza cultural, artística e beneficente, de assistência social com a finalidade de promover o desenvolvimento e a propagação da música em todas as suas manifestações.

Tem realmente, tal entidade exercido atividade cultural estimulando e propagando a arte musical no maior âmbito possível e entre seus associados e familiares, proporcionando-lhes os meios adequados para o aperfeiçoamento de sua educação musical, intelectual e moral.

Diante do exposto, entendemos procedente o pedido, uma vez que este se encontra de conformidade com a Lei nº 6994/78 que dispõe sobre os requisitos para declaração de utilidade pública de Sociedades Cívicas, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná.

Assim sendo, esperamos receber total

apoio dos representantes desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há expediente a ser lido.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conforme já anunciamos anteriormente, através desta tribuna, que estaríamos encaminhando a Sua Excelência o Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito em Brasília, Deputado Benito Gama, quero deixar registrado nos Anais desta Casa a nossa posição com relação ao episódio que vive hoje o nosso País. (Lê):

"Ofício nº 176/92.

Curitiba, 07 de agosto de 1992.

Senhor Presidente.

Neste momento crítico da vida brasileira, em que vemos nossos mais altos dirigentes envolvidos em denúncias e escândalos, a população e os políticos bem intencionados, que possuem o espírito de patriotismo em defesa deste País, estão perplexos ao verem, através da imprensa, os fatos que se levantam e se apuram.

Também fazemos parte da vida pública e temos sentido o desencanto e o descrédito dos homens públicos, embora não queiramos generalizar. Resta ainda, uma grande esperança, pela confiança que temos e, com certeza o povo brasileiro também tem, de que os membros dessa Comissão Parlamentar de Inquérito haverão de demonstrar com muita honradez ao povo brasileiro, a veracidade dos fatos. E dessa maneira haverá, sem dúvida, o resgate do conceito da classe política brasileira.

Nesta oportunidade, com a preocupação de cidadão e um dos representantes da população do Estado do Paraná, o que faço orgulhosamente, solicitamos de Vossa Excelência, caso haja envolvimento de políticos paranaenses neste caso, a divulgação, através da imprensa, do resultado final dessa CPI.

Sr. Presidente, queremos externar a nossa profunda confiança nessa Comissão, porque só através dela o Brasil poderá ter um novo rumo e um desdobramento no conceito democrático.

Lutamos pela democracia, elaboramos uma nova Carta Magna, atingimos a liberdade das eleições diretas e o País está aguardando com ansiedade o despertar desse grande gigante, que não está adormecido, mas sim na esperança de seu desenvolvimento social, econômico e político.

Contando com a atenção de Vossa Excelência, antecipamos nossos agradecimentos e renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



(a) DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

Deputado Estadual

A Sua Excelência o Senhor

BENITO GAMA

Deputado Federal e Presidente da  
Comissão Parlamentar de Inquérito  
Câmara dos Deputados

BRASÍLIA-DF"

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sinto o dever da minha consciência, de que aqui tomei uma posição como representante público, de pedir um basta à corrupção no nosso País.

Sei que fica nos Anais desta Casa; gostaria também que os demais colegas Parlamentares passassem a fazer um movimento, para que não soframos os desgastes políticos, através daqueles que não têm responsabilidade com o País e com a sociedade.

Certo de que a Assembléia Legislativa do Paraná haverá de ter o seu clamor de seriedade ao nosso País, pedindo a punição para aqueles que corrompem e destroem a Pátria e tiram a esperança das nossas crianças, das novas gerações, e deixando o País de ser um país com descrédito em outros países do mundo.

Chegou o momento de decisão para que o resgate dos homens públicos seja feito através desta CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

(Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana que passou, o nobre Deputado Lourenço Fregonese aqui fez um discurso sobre o Porto de Paranaguá, e como o discurso foi feito no Pequeno Expediente e depois na prorrogação em Horário de Liderança, usou muito pouco tempo, de maneira que não foi possível um aparte.

Hoje, nós estamos aqui para responder ao pronunciamento do discurso do nobre Deputado Lourenço Fregonese, e o fazemos com informações que nos foram prestadas pela administração do Porto de Paranaguá, nos seguintes termos. (Lê):

A propósito do pronunciamento do Deputado Fregonese, ontem, nessa Assembléia, temos a esclarecer o seguinte:

1) Sua afirmativa de que "tudo que chega no Porto de Paranaguá desaparece no Porto de Paranaguá como as três toneladas de carne que foram roubadas de um navio de bandeira panamenha", é absolutamente desprovida de fundamento.

A Administração dos Portos de Parana-

guá e Antonina, assim como a Polícia e a Polícia Federal de Paranaguá, não ceberam, nos últimos meses, qualquer taxa formal de furtos em containeres vivos. Aliás, o último navio que desguar carne no porto aqui esteve em de de 1991.

2) Quanto à dragagem do Canal o Itheta, a mesma se acha contratada Companhia Docas do Rio de Janeiro - devidamente autorizada pelo Govver Roberto Requião. Ocorre que, aquela empresa, que é controlada pelo Governo Federal, retirou em meados de abril a draga "M. PÁ", que estava operando no canal, promessa de retorno em julho.

A APPA vem gestionando junto à CD no sentido de reiniciar a dragagem no menor prazo possível.

3) A batimetria efetuada por uma equipe do DHN - Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha foi feita a pedido da administração do porto, que vai pagar por tais serviços. Não se trata de um ato isolado da Marinha, de sua iniciativa, como quer dar a entender o Deputado Fregonese. A APPA solicitou tais serviços, foi atendida e vai pagar o seu custo, como é lógico que aconteça. Isso demonstra, desde logo, a preocupação em conhecer a exata situação da profundidade dos berços para poder tomar as providências adequadas.

Está sendo providenciada licitação para dragagem de limpeza do cais comercial, para o que é utilizada draga diferente daquela que draga o canal.

E a Capitania dos Portos tem plena consciência de que a solução do problema de assessoramento do cais não existe a curtíssimo prazo, pela própria natureza dos serviços e pelo fato de estar o porto sempre ocupado em sua totalidade.

A dragagem tem que ser feita nos intervalos de ocupação dos berços pelos navios, ou nos dias de chuva, ou ainda, interditando determinados berços por alguns períodos.

4) É bom ressaltar que os problemas de dragagem não são exclusividade do Porto de Paranaguá, mas sim acontecem em todos os portos do Brasil, em face da extinção da PORTOBRÁS pelo Governo Collor. A PORTOBRÁS mantinha um departamento de dragagem que, bem ou mal, atendia ao sistema portuário nacional, e que hoje enfrenta tais dificuldades em face da inexistência de um número de dragas compatível com a necessidade dos portos nacionais.

5) Em consequência do absoluto descaso do Governo Federal com os portos brasileiros, as dragas da antiga PORTOBRÁS estão sucateadas, apodrecendo no Porto do Rio de Janeiro e em outros portos de nossa costa.



Atenciosamente

(a) MARIO MARCONDES LOBO

Superintendente.

O SR. ORWALDO TREVISAN ... eram esses. Senhor Presidente e Senhores Deputados, os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não iria usar a Tribuna esta tarde, mas, devido aos esclarecimentos que meu nobre colega trouxe a esta Casa, só nos resta dizer que o Senhor está sendo muito mal informado e o que está escrito aí é mentira. Vou lhe dizer mais, é tão mentira quanto é mentira que o cilo de Paranaguá - depois da explosão - ficaria pronto para o mês de junho. Nem a licitação foi feita ainda. É tão mentira que vocês do PMDB tentam esconder a má administração pública através de falcatrues, de jogatinas que não estão levando a coisa nenhuma neste Estado do Paraná.

Infelizmente, Doutor Trevisan - caro colega, o navio de carne foi roubado sim Senhor, o navio não veio descarregar carne, o navio estava carregando frango e quem estava carregando frango no navio era a SADIA.

Digo mais, o navio tinha carregado carne em Itajaí. Se a Polícia Federal não recebeu a denúncia é porque o seguro do navio e o seguro do container cobrem as despesas. Digo mais, tive um problema na família de roubo de container que todo o Estado do Paraná já conhece. Agora, é muito vago o Superintendente dos Portos vir afirmar que não tem problema, que não tem isso, que não tem aquilo. A menos de uma semana atrás, um conferente parou a operação do navio por falta de segurança berço 14, pelo Governo Federal e vinculado a obras do Governo Estadual. O navio ficou 8 horas sem movimentação por falta de iluminação, iluminação que eu há mais de um ano e meio venho aqui pedindo; lá tem 4 postes fincados com lâmpada de 500 watts e não servem para nada. Nesse mesmo trecho do país um caminhão caiu no mar e isso aconteceu por quê? Por falta de segurança.

Ilustre Deputado Trevisan o Senhor está no seu papel de defensor do Governo Roberto Requião e eu digo: é um governo que não cheira nem fede, que fica aquém do Governo Álvaro Dias mas que, realmente, usa, critica tudo que há de errado neste País mas não faz veicular nada que está errado dentro do Estado do Paraná dentro dos meios de comunicação.

É muito interessante isso. É muito interessante criticar sem querer ser criti-

cado. É muito fácil acusar sem querer receber as provas contrárias. E vou lhe dizer mais, tudo que eu falei nesta Assembléia até o dia de hoje, eu consegui provar e se for necessário, vamos trazer aqui o Comandante Capitão de Mar e Guerra, Capitão dos Portos do Estado do Paraná para que ele venha aqui responder às perguntas e as respostas que o Senhor trouxe através da administração do Porto de Paranaguá. Vamos trazer a segunda maior autoridade militar desse Estado para que ela responda as suas desculpas e que o Paraná faça o seu julgamento. É muito fácil falar, agora, tragam as pessoas que realmente entendem de Porto, que realmente entendem de interesses do Paraná e que realmente fazem alguma coisa pelo Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, eu estou entrando com um Projeto de Lei nesta Casa que é um sonho antigo, na outra Legislatura foi considerado inconstitucional.

Eu espero que desta vez, eu estou apenas fazendo um projeto autorizatório, o Governo fará se o quiser, não depende de mim, depende naturalmente do Governo do Estado do Paraná.

Mas eu fico imaginando a superlotação carcerária em todo o Brasil, superlotação carcerária no Estado do Paraná, aliás, uma vergonha a superlotação carcerária hoje no Estado de São Paulo, superlotação carcerária em todos os Estados brasileiros. Mas me chamou a atenção um trabalho que está sendo desenvolvido, e de fundamental importância, no vizinho Estado de Santa Catarina. E como eu e o Deputado, me permitam, mas é a verdade, nós não podemos esconder, tanto eu, como o Deputado Algaci Túlio; tanto ele no seu programa de rádio, como eu na televisão, debatemos com muita relevância este assunto a respeito da superlotação carcerária. E eu acredito que é um sonho do Deputado Algaci Túlio, como é um sonho deste Deputado que vos fala, a criação de penitenciárias modelos como existe nos Estados Unidos, como existe nos Países desenvolvidos, nos Países mais avançados. E em Santa Catarina, por incrível que pareça Deputado Algaci, estão criando uma penitenciária modelo, e esta penitenciária, ela além de fazer com que o preso vá para o campo produzir, plantar, toda a produção da colheita, ela é vendida para o próprio Governo; o Governo recebe o dinheiro da venda, sendo que uma parcela, é depositada numa caderneta de poupança para o presidiário.

Outra coisa Deputado Algaci, quando o preso sai, isso poderia ser colocado em prática no Estado do Paraná, eu acho que nós temos que caminhar para frente e não voltar para trás. O preso sai da penitenciária, não há necessidade de passar no meu gabinete, no gabinete de Vossa Excelência, que eu tenho certeza, passam vários presos que saem da penitenciária em busca de uma passagem, em busca de dinheiro para voltar à sua cidade de origem, para que ele não assalte, não cometa um assassinato, um latrocínio, um crime na Capital do Estado, um crime em Londrina, em Cascavel ou em Cornélio Procopio, na terra do meu querido Trevisan.

Enfim, lá em Santa Catarina, estou recebendo inclusive dados, o preso já sai com os documentos, com a sua carteira de trabalho, Deputado Trevisan, com sua identidade, sai com um pouquinho do dinheiro que ele trabalhou, que ele produziu, na sua caderneta de poupança, para que ele volte para sua residência, na sua cidade de origem, inclusive sai com a passagem.

Mas o que mais me chamou a atenção, Deputado Pessuti, foi que lá o preso trabalha na fabricação de móveis, trabalha na fabricação de bloquetes para as ruas, na construção de muros que são vendidos, o próprio Governo compra, os empresários comprem aqueles muros de concreto já prontos. Eles produzem asfalto.

Então, é isso que eu gostaria, neste meu projeto, de autorizar o Executivo de criar penitenciárias, não no centro da Capital, como disse outro dia o Deputado Algaci, não criar, por exemplo, no centro da Capital, no centro de Londrina, no centro de Cornélio, no centro de Cascavel, ou no Sudoeste, ou Oeste, não. Nós queríamos criar penitenciárias modelos em determinadas áreas rurais, fazendo com que o preso trabalhe, que ele se sustente, possa trabalhar e ganhar, e quando sair da penitenciária, saia com sua Carteira de Trabalho, com sua Identidade, seu CPF e saia com alguns recursos para que ele possa retornar à sua cidade de origem.

Então, estou apenas dando uma idéia, para que Sua Excelência o Governador do meu Estado analise, repense o Sistema Penitenciário do Estado do Paraná. Eu não quero dizer que Santa Catarina é uma glória. Ela tem seus defeitos, mas também tem suas qualidades. O Paraná tem seus defeitos, mas também tem suas qualidades.

O importante, é nos pensarmos para o futuro. Não custa nada pensarmos numa penitenciária-modelo para o futuro. Não custa nada termos três, quatro penitenciária no Estado do Paraná, que façam com que o preso se reedue, que trabalhe, que se auto-sustente e que saia com condições - se não sair reintegrado, mas que saia de

lá com uma profissão, para que possa, ao adentrar sua casa, dizer à sua esposa que ele cumpriu sua pena numa penitenciária-modelo no Estado do Paraná; trouxe alguns recursos. Está ali com sua Carteira de Trabalho, com seu mandado de soltura; está com sua identidade; lhe deram uma passagem para que ele fosse de regresso. Ele pode dizer que tem um pouco de dinheiro para poder comprar um pouco de mantimentos para seu lar.

Então, eu sonho, Srs. Deputados deste Parlamento, que o Governo do Estado do Paraná crie penitenciárias-modelo, e que essas penitenciárias que os recursos para execução dessas penitenciárias, possam advir de crédito especial do Orçamento Geral do nosso Estado. Não custa nada nós fazermos uma análise, repensarmos o sistema penitenciário brasileiro do meu Estado e criarmos uma penitenciária-modelo no Estado do Paraná.

Estou sugerindo ao Governador do Estado do Paraná, estou sugerindo, me perdoem, eu ia dar entrada hoje, mas estou ainda acrescentando uma série de outros dados e amanhã, sim, darei entrada nesta Casa.

Mas, já fiquem os Senhores sabendo que isto é um sonho. Um sonho que não sei se vai ser colocado em prática, mas é um direito que me assiste de ver em vários canais de televisão, penitenciárias-modelos nos países de primeiro mundo; penitenciárias que realmente fazem com que o preso se auto-eduque, que ele tenha uma profissão.

Que quando ele sair da penitenciária, ele sai com uma outra cabeça. E eu gostaria que isso fosse implantado no Estado do Paraná.

Esta é a minha maneira de pensar e oxalá Deus ilumine a cabeça desse governador paranaense para que ele pense também em criar em nosso Estado, penitenciárias-modelos que venham de encontro aos países desenvolvidos, aos países do primeiro mundo.

Concedo o aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Eu desejo cumprimentá-lo, muito embora não tenha ainda o teor do seu projeto em mãos; gostaria de receber uma cópia depois, na continuação, mas de qualquer maneira acho que é importante se trazer à discussão assunto penitenciário a esta Casa.

Nós, há questão de uns quatro meses atrás, fizemos um levantamento, ou menos até, da situação precária que vive o sistema penitenciário no Estado do Paraná, como em todo o País.

Penitenciária não reeduca, não recupera; muito pelo contrário, ela cria, na forma do bandido, do criminoso, ele sai

com especialidade na universidade do crime. Não basta apenas pegar o preso, jogar numa cela de penitenciária, esperando que cumprida a pena ele volte para o meio da sociedade, ele volte e possa produzir, trabalhar condignamente.

Já começa errado quando o preso vem do interior do Estado, um lavrador, um pai de família que comete um crime para defender sua propriedade, para defender a honra de sua família, que tem a mão calejada, lá do interior, e tem que vir a Curitiba para cumprir a pena. Aqui, jogado no meio dos profissionais da malandragem, nunca mais esse preso, esse lavrador, vai voltar para sua cidade para trabalhar. Através disso, da malandragem acabou por força até mesmo da atuação desses profissionais, desses presos que estão lá dentro, se tornando também um malandro, depois já se esquece da família e se torna mais bandido ainda.

Eu me lembro que na legislatura passada, nossa aqui, Deputado Alborghetti, nós aprovamos um projeto sobre a Prisão Provisória de Curitiba, cravada no centro da cidade, que é uma barbaridade. Em troca disso, o Governo do Estado faria três ou quatro penitenciárias agrícolas no interior do Estado. Parece que a coisa, infelizmente, ficou só no papel.

Nós temos hoje, além da superpopulação carcerária, vemos os juízes nem mais decretando prisões preventivas porque já têm orientação da Vara de Execuções Penais de que não tem espaço na penitenciária. Então o juiz perdeu o estímulo de decretar uma prisão preventiva.

Onde vai colocar esse preso? A Delegacia de Vigilância e Capturas nem vai cumprir mandado de prisão de ninguém; tem mais de 30 mil mandados no Estado do Paraná a serem cumpridos, não vai cumprir porque não tem onde colocar. As delegacias, como Vossa Excelência sabe, estão superlotadas, os Distritos Policiais, então, a coisa está realmente feia demais.

Não há espaço para colocar presos, ou se toma uma providência urgente, ou de repente vai ocorrer o fato de que os delegados vão acabar, como já aconteceu dois casos, os delegados vão acabar soltando os presos porque não dá para sustentar, como aconteceu em Paranaguá e me parece aqui no interior do Estado. Não tem verba para alimentação, não tem como sustentar a fome desses presos, o Prefeito já não tem mais verbas para ajudar, para fazer, ele já está em final de gestão, não vai gastar com bandidos. A coisa fica difícil. É necessário que o Governo do Estado, a Secretaria da Justiça, realmente tome uma posição, repense a situação sob pena de que a qualquer momento poderá haver uma implosão aí no Sistema Penitenciário do Estado do

Paraná.

Eu quero cumprimentá-lo, acho que o assunto é importante, vamos discutir o seu projeto, fazer valer, realmente, a sua idéia. É preciso que o Paraná se espelhe em outros Estados, em outros países, para modificar a situação que se encontra hoje o sistema penitenciário.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Muito obrigado.

Estou no horário do PRN.

Viu, Deputado Algaci, eu ouvi, não foi quatro meses atrás, um mês atrás Vossa Excelência fez um pronunciamento aqui nesta tribuna e trouxe uma série de dados a respeito do sistema penitenciário, eu tinha feito uma matéria sobre doze mil mandados de prisão que estavam para serem cumpridos na capital do Estado, e que lamentavelmente o Delegado me informava através de um expediente que recebi na Comissão de Segurança que os mandados não poderiam ser cumpridos, porque não existe espaço físico para se colocar os presos dentro das nossas penitenciárias.

Então porque não se criar novas penitenciárias no Estado do Paraná, porque não se criar penitenciárias modelos, penitenciárias escolas onde o preso possa trabalhar, em vez da população brasileira do Paraná pagar a comida, o café da manhã, o almoço, o café da tarde, o jantar, o seu leite, nós, a família brasileira pagar com os seus impostos e o Governo repassar esse dinheiro às penitenciárias, por que não o preso se auto-sustentar?

Por que não como acontece nos países desenvolvidos?

Então esta é uma idéia. Por exemplo o ano passado, foi dado entrada nesta Casa de um projeto, inclusive eu emendei o projeto do Deputado Algaci, ele apresentava um projeto que todos os carros roubados no Estado do Paraná, o Governo do Estado publicasse em Diário Oficial e eu fui mais além ainda, pedi permissão do Deputado Algaci e entrei com uma emenda, que não fosse só no Diário Oficial, mas que o Governo também pagasse aos órgãos de imprensa, por exemplo a Folha de Londrina, Correio de Notícias, Gazeta, Jornal Indústria e Comércio, Jornal o Estado do Paraná, Tribuna do Paraná, Diário Popular, Jornal Hoje, todos os jornais da Capital e outros jornais do interior que publicassem também a relação dos carros roubados que estavam em Londrina, os carros roubados que estavam nos pátios das delegacias em Curitiba, a relação dos carros roubados que estavam nos pátios das delegacias de Ivaiporã, os carros roubados que estão na delegacia de Cascavel e de outras cidades brasileiras, foi esse um projeto de fundamental importância, Deputada Emilia.

Isso aí é feito em São Paulo. A Folha de São Paulo publica todos os meses, Deputada Emilia, a relação, se a Senhora teve o carro roubado em São Paulo e se o seu carro foi achado, a Senhora pega todos os jornais paulistas, a Senhora vira a página e está lá, atenção o seu carro roubado pode estar nesta relação, a Senhora lê a relação, o seu carro estando ali, a Senhora procura a delegacia que ali está indicada e a Senhora vai lá buscar o seu carro.

Por que não colocar isso em prática no Estado do Paraná? O Deputado Algaci lutou. Nós lutamos e até hoje eu não vi este projeto ser colocado em prática no Estado do Paraná. É a mesma coisa da penitenciária que eu estou querendo. Que eu estou querendo não, eu estou dando uma idéia. Eu não sou o dono da verdade, eu não sou o dono do mundo, estou dando uma idéia, vamos criar novas penitenciárias e que sejam penitenciárias-modelos. São idéias que podem ser vingadas e que, quem é que vai ganhar com isso? Naturalmente não é este parlamento, não. O projeto não é meu é de todos nós, dos 54 Deputados. Quem vai ganhar com isso são os presidiários, é o próprio Poder Judiciário que precisa expedir mandados de prisão e não pode, porque não tem lugar aonde colocar, mais doze ou trinta mil presos que estão espalhados e que cometeram uma série de infrações no Estado do Paraná e quem vai ganhar mas ainda com isso? É a família brasileira que vai em casa no recanto do seu lar, que sabe que quando o preso sair da sua prisão, ele não vai sair com uma máquina na mão para adentrar as nossas casas, assassinar as nossas famílias, violentar os nossos direitos, para roubar porque ele saiu desprotegido de uma penitenciária.

Esta é a minha vontade. Esta é a minha luta. Este é o meu ideal. Fazer com que este projeto chegue até a mesa do Senhor Governador Roberto Requião e que ele analise com carinho com respeito as nossas idéias e que coloque em prática a criação da penitenciária do campo ou penitenciárias em áreas rurais do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças.

PMDB. (Declina).

PSDB. (Declina).

PTB. (Declina).

PT. Com a palavra o Sr. Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Sexta-feira da semana passada, dia 7 de agosto, no Centro de Convenções de Cu-

ritiba, na Rua Barão do Rio Branco, cerca de cinco mil pessoas se reuniram num ato político pedindo o fim da corrupção, o fim da falcaturia, o fim da imoralidade no Governo Collor.

Juntos, todas essas cinco mil pessoas, com Lideranças nacionais do PMDB, como o Governador Roberto Requião, do PSDB, como o ex-Governador Franco Montoro, do PT, como o nosso Presidente, companheiro Lula, do PC do B, como João Amazonas, e mais as Lideranças estaduais do PSB, PPS e PV. Foi um ato político, um desabafo de quem lá estava presente. Foi um ato de indignação pelo que vem acontecendo a nível federal, foi um ato aonde a sociedade civil organizada participou e mostrou que não está alheia ao que está passando na CPI e o que está se passando no Congresso Nacional.

Através desse ato de "impeachment" a Collor, pedindo a sua renúncia, nós plantamos as sementes, como aqui foram plantadas das Diretas no Paraná. Plantamos a semente da indignação da sociedade e temos certeza que serão atos daqui para a frente com maior quantidade de pessoas, a cada vez, com maior participação da sociedade civil e todos que lá estavam pela sua vontade, estavam espontaneamente, sem ninguém sendo obrigado a se fazer presente nesse ato.

Foi um ato unitário e de unidade política, visando a mesma finalidade e esses partidos e as entidades civis que lá estavam, definiram continuar a luta, realizando amanhã uma nova reunião da coordenação estadual desse movimento, às 19 horas, na Câmara Municipal. Nós temos certeza que daqui para frente a população e a sociedade vai à rua exigir o fim deste Governo, o fim do Governo Collor que em dois anos e meio está provando o quanto é incapaz, está provando o quanto chegou ao Poder uma quadrilha e ali tem roubado de todas as maneiras.

O que nós esperamos, nós desses movimentos, é com o crescente das mobilizações, esperamos que o sonho de ver o Collor fora não ocorra como na época das Diretas Já, indo para o Colégio Eleitoral, ou seja, indo para uma negociação.

Nós queremos, todos os partidos que lá estavam, que a Constituição seja cumprida, que Collor saia, renuncie, e o vice assuma como manda a Constituição, porque hoje o que estamos vendo é a política do dando que se recebe, é a política dos partidos do PFL e PRN, sendo vendidos como tem se dado a compra de alguns Parlamentares que dizem que são coerentes, mas a maioria desses Parlamentares já eram do Centrão e mostra que são coerentes mesmo com o seu passado, sempre se vendendo para ficar ao lado do Governante que está ocupando o Palácio do Planalto.

Nós queremos que os demais partidos, como o PDT, através da sua grande Liderança Nacional, venha para este movimento e traga com ele todos os seus militantes, porque nós queremos um movimento crescente de "Fora a Collor", nós queremos a moralidade política, nós queremos a ética na política, nós queremos Governo de transparência e Governo democrático e nós temos certeza que outros partidos virão juntos com a gente, principalmente o PDT que está se fazendo necessário neste movimento e esperamos que Leonel Brizola saia da posição que ele tem hoje e que venha junto com o PMDB, PSDB, PV, PFS, PC e PC do B na luta junto a população e pelo "impeachment" e a renúncia do Governo Collor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDT com a palavra. Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando vemos nesta tribuna, manifestação e preocupação do nosso companheiro Florisvaldo Fier, com relação ao ato de sexta-feira, nós achamos que esse trabalho é válido, nós achamos que todo ato que venha a ser feito pela moralização do quadro político nacional, ele será bem-vindo e postura semelhante nós deixamos bastante clara desta tribuna, na última quinta-feira, quando em nota oficial, nós repudiávamos - nós, da Bancada do PDT - todo tipo de corrupção dentro do Governo Federal, em qualquer escalão de Governos estaduais, municipais ou partidos políticos. Cobrávamos a manifestação a nível nacional e dizíamos aqui da necessidade do fortalecimento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional. Lamentávamos a composição daquela comissão, dizendo que nela nós tínhamos a presença de companheiros ilustres da Bancada do Partido Democrático Trabalhista.

Lamentamos não poder estar - e aqui nós havíamos dito - naquela Sessão, devido aos compromissos de finais de semana dos Senhores Deputados da nossa Bancada, da impossibilidade de estarmos no ato público de sexta-feira passada, mas em momento algum nos afastávamos desse compromisso nacional que a transparência das questões postas a público através da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Jamais defendemos a corrupção e a Bancada está unida nessa proposta de se punir os culpados, independente das siglas partidárias ou dos cargos e funções que ocupam a nível nacional. Somos pela punição, somos pelo combate a corrupção, jamais acobertaremos falcaturas, jamais acobertaremos atos semelhantes a estes denunciados pela Comissão Parlamentar de Inquérito. A

Bancada do Partido Democrático Trabalhista nesta Assembléia se soma a esta preocupação da maioria dos Partidos de Oposição deste País, acreditando que neste momento a Nação brasileira merece uma resposta, merece a transparência dos fatos, merece o respeito que tem, por ter eleito elementos desta natureza. Nós temos certeza que deixamos claro que se a solução para este caso for o "impeachment" do Presidente, até provado o seu envolvimento, por que não fazê-lo? Somos pelo "impeachment" e acreditamos até que este quadro está totalmente comprovado do envolvimento do próprio Presidente, através dos seus assessores de primeiro escalão. Nós acreditamos que quem quer a transparência não somos nós. Quem quer a transparência é a sociedade brasileira, quem quer a transparência é o eleitor desse País. Não queremos que a sua imagem seja, mais uma vez, jogada com motivação para exploração político-partidária e deixamos bem claro isso, mas jamais fomos favoráveis a que os culpados não fossem punidos. Devem ser punidos se comprovados os seus envolvimento nestes atos de corrupção da coisa pública.

Eu creio que é o exemplo que se deve dar, é o exemplo que o País merece, é o exemplo que nós todos merecemos. Por isso nós nos preocupávamos com uma nota saída na sexta-feira, no dia 7 de agosto de 1992, no grande jornal do Paraná, Folha de Londrina, que dizia em sua manchete: "PDT do Paraná critica o ato pró impeachment." Isso não é verdade, nós havíamos deixado bastante claro, nós havíamos nos manifestado antes da realização desse ato, deixando bem claro que em momento algum, a nossa Bancada e, naquela oportunidade, não falávamos pela direção regional, mas falávamos pela representação nossa nesta Casa, dando a posição clara, cristalina e transparente, para que no Paraná ficasse bastante transparente também a manifestação e a posição da nossa Bancada nesta Casa, assumida por unanimidade pelos Senhores Deputados que a compõem.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, queremos deixar bem clara esta posição. E que a "Folha de Londrina", que divulgou matéria contrária a nossa posição, possa fazer as correções devidas para que se esclareça ao Paraná qual é a posição de coerência, de transparência que pede a Bancada do Partido Democrático Trabalhista nesta Casa e neste Estado.

O Sr. Rafael Greca de Macedo (Em aparte) -

Em primeiro lugar é para felicitá-lo pela assunção ao cargo de Líder da nossa Bancada.

Na verdade as múltiplas tarefas da campanha eleitoral ocupam por demais a mim e ao Deputado Algaci Túlio. E eu vejo

com grande alegria a forma briosa com que Sua Excelência vem defendendo as bandeiras trabalhistas, desde que nos deu a honra de passar a integrar a Bancada do nosso Partido.

Na sequência deste aparte, após solicitá-lo, eu quero dizer o seguinte: percebe-se a clara vontade de quem está na premissa da preferência popular, não tem escalada eleitoral possível de tentar usar esse ato pró "impeachment" do Presidente Collor como uma espécie de escada para ascensão nas pesquisas eleitorais.

No entanto, quero esclarecer em nome da Executiva Nacional do PDT que a nossa posição é contra toda a impunidade, contra toda e qualquer impunidade. Na qualidade de candidato a Prefeito de Curitiba, lançado pela primeira vez pelo ex-Governador e atual Deputado Federal Valdir Pires, que é uma das principais personalidades da CPI no Congresso Nacional sobre o possível impedimento do Presidente da República; eu quero dizer que nós não compactuamos com nenhum tipo de impunidade. E temos a consciência tranqüila de não ter votado no Collor nem no primeiro e nem no segundo turno da eleição.

Só mantemos a posição do nosso Partido, de que não se pode, de repente, enforçar gente na rua, estabelecer regime de terror semelhante ao da Revolução Francesa ou ao do circo romano do tempo de Nero.

Não se depõe um Presidente da República sem que exista um processo institucional muito sério e muito abalizado.

Essa é a posição do nosso Partido e o povo sabe disso. O povo sabe que o Governo do PDT nas cidades do Paraná, onde o PDT é Governo, é uma espécie de reserva moral contra a impunidade dos governantes que se esquecem do povo. É o que eu tenho visto na caminhada democrática e no caminho que tenho passado.

Era isto, Senhor Líder.

Muito obrigado!

O Sr. Dr. Rosinha (Em aparte) - No ato de sexta-feira estavam presentes todos os Partidos que citei, e mais autoridades do Estado, sejam do Poder Executivo ou Legislativo, vários prefeitos do Estado, independente de Partidos.

Quero dizer, para ficar registrado, que não houve nenhum ato de apoio a esse ou aquele candidato a prefeito, até porque estavam presentes candidatos a prefeito: eu, Maurício Fruet, Jonas Pirkie e Márcia Pradi. Então não era palanque de nenhum candidato a Prefeito da Cidade de Curitiba; mas, sim, um ato de unanimidade contra o Governo Collor, contra a corrupção e pela democracia em nosso País. Eu quero que isso fique claro.

Muito obrigado!

O SR. PAULO MAIA - Agradeço a manifestação de Vossa Excelência.

E fica aqui registrada a posição...

O Sr. Algaci Túlio (Em aparte) - Eu gostaria de esclarecer, Deputado Paulo Maia, que a posição do PDT é uma posição, a nível de Paraná, muito bem clara. Nós temos sentido, como vice-Prefeito da Cidade, que não temos nenhuma afinidade com o Governo Federal, mesmo porque a Cidade de Curitiba não tem ido a Brasília assinar nenhum convênio com o Presidente da República. Além do mais, nós, no nosso comício na semana passada, em Sítio Cercado, nós tínhamos lá mais de 30 mil pessoas. E em todos os momentos, a palavra de guerra, o grito de guerra dos pedetistas que estavam lá era "Fora Collor."

Portanto, a posição do PDT é muito clara. Nós queremos o Presidente da República fora do Palácio e assim que a CPI conclua os seus trabalhos e diga que ele é culpado, aí nós evidentemente estaremos apoiando, mas aguardando esta posição da CPI.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço as manifestações de V. Ex.<sup>a</sup> e creio que tudo o que ficou registrado nos pronunciamentos dos companheiros da Bancada, já estava também refletindo na nota oficial da Bancada do Partido, nesta Casa. Nós não somos pela cobertura à corrupção.

Nós não somos pelo envolvimento às falcaturas. Nós somos pela punição exemplar daqueles que forem culpados e postos a público, através desta CPI. Não importa se é o Presidente da República. Não importa se é o Deputado, Senador ou quem quer que seja.

Nós somos pela transparência. Puna-se os culpados e a CPI merece todo o tipo de apoio para que este tipo de punição não deixe de acontecer neste País.

Estão brincando com o Brasil, estão brincando com a coisa pública. E nós jamais nos renderemos a este tipo de caminhada, para punir corruptos, que nós vemos expostos a cada instante, muitas vezes posando de "bacana" e que não foram punidos pelas suas culpas.

Somos pelas culpas. Somos pelo procedimento de todo o ato que faça com que estes "ladrões" do dinheiro público sejam punidos exemplarmente. E eu creio que nos somaremos, sem dúvida alguma, àquilo que a CPI trouxe à tona, como provas da verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,



com a presença de 36 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pela Senhora Deputada Lygia Pupatto, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na sessão plenária do dia 10 do corrente mês, em virtude de estar representando a Bancada do P.T. no Município de Londrina. A Diretoria Legislativa, para as devidas providências.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 170/92, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Moradias Iguaçu, AMMI, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 171/92, de autoria da Deputada Emília Belinati, que declara de Utilidade Pública a Casa do Hemofílico, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 178/92, de autoria do Deputado José Arthur Ritti, que determina que o material de expediente que tenha perdido sua finalidade seja destinado à entidades assistenciais conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado o Substitutivo Geral da C.C.J., artigo por artigo. O Projeto irá à 3ª Discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 179/92, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Imbituva, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 205/92, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a transferir o Hospital Carolina Lupion ao

Município de Jaguariaíva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido Projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 205/92

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a transferir ao Município de Jaguariaíva o Hospital Carolina Lupion, pertencente ao Instituto de Saúde do Paraná, com seus bens imóveis, móveis e semoventes.

Art. 2º - O Hospital Carolina Lupion permanecerá integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e terá suas atividades financiadas de acordo com os critérios previstos na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e na Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.92.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoio: João Arruda, Hermas Brandão, Algaci Túlio, Oswaldo Trevisan, Nilton Barbosa e Nelson Garcia. O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 111/92, de autoria do Deputado Ernani Pudell, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto São Francisco de Cascavel-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. nº 553, de 06.05.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 111/92

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Ernani Pudell, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto São Francisco, em Cascavel.

Através de parecer anterior, havíamos solicitado diligências no sentido de ser anexado ao presente projeto o relatório de atividades da entidade conforme disposto na Lei nº 6.994.

Tendo sido satisfeita a referida providência, opinamos favoravelmente a aprovação do presente.

É o parecer.



Salas das Comissões, em 30.06.92.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 190/92, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Califórnia, com sede e foro na Cidade de Califórnia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 90, de 17.06.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 190/92

PARECER:

Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Cidade de Califórnia.

Cumprindo o disposto no parágrafo segundo, primeira parte e final do "caput" combinado com o inciso XII, do artigo 33, do Regimento Interno, proferimos parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei n° 190/92, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da cidade de Califórnia, neste Estado.

Isso posto, concluímos pela continuidade de sua normal tramitação nesta Casa de Leis, em virtude de estarem preenchidos os requisitos exigidos pelo artigo primeiro, incisos I a IV da Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1992.

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 197/92, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapoti. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 95, de 25.06.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 197/92

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Duílio Genari, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que objetiva declarar de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapoti.

O presente está elaborado em conformi-

dade com as disposições contidas do Regimento Interno desta Casa, estando devidamente justificado.

Em relação às disposições contidas na Lei n° 6.994, que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, o mesmo atende a todas as especificações.

Por estas razões, opinamos FAVORÁVELMENTE à tramitação e consequente aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 200/92, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 53/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao orçamento próprio da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 105, de 03.08.92, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 200/92

P A R E C E R:

O presente plano de lei, encaminhado a esta augusta Casa de Leis por Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, através da Mensagem n° 53/92, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, aprovado pela Lei Estadual n° 9883, de 26 de fevereiro de 1991.

Analisando-se a matéria sob o aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que nada há que possa obstar a tramitação normal pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 200/92

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 53/92, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ .....  
... 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente

orçamento próprio da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, conforme específica. A presente proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que em seu Parecer manifestou-se favoravelmente à sua aprovação.

No âmbito desta Comissão não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela, neste Poder.

Nestas condições nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 1220, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1216 a 1218, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. - Aprovados. - À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1213 a 1215, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. - Aprovados. - À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1223 a 1225, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. - Aprovados. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1219, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. - Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, aproveitamos a oportunidade, antes de encerrar esta sessão, para registrar a presença entre nós, do Deputado Federal candidato à Presidência da República, integrante da Bancada do PPS, Roberto Freire, neste plenário, na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a visita do Deputado Roberto Freire, e consulta Sua Excelência se quer fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, Deputado Anibal Khury, senhores membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Fui surpreendido com a concessão desta tribuna, para que pudesse me dirigir através dos representantes ao povo do Paraná.

E eu digo surpreendido porque talvez seja a primeira vez que visitando uma Casa a título unicamente de visita, me tenha sido oferecida a tribuna. Poderia ser até um bom costume das Assembléias Legislativas nacionais, mas me parece que essa é

uma das poucas que faz esse tipo de concessão.

Eu acredito até que essa tribuna, mais aberta, mais democrática, pode ser daqui a algum tempo uma exigência até de um aprofundamento da democracia em nosso País, algo que eu acredito pelo que sempre lutei, mesmo quando não acreditava que um Comunista pudesse defender Democracia e que fosse apenas algo tático da luta contra a ditadura em processo de resistência democrática.

Mas eu posso dizer que a minha formação é de um comunista que acredita na democracia como algo universal, de valor essencial para a construção de qualquer sociedade, só através dela se pode construir algo duradouro. E são as Assembléias, os Parlamentos, aquilo que melhor pode representar a democracia; pelo seu pluralismo, pela sua complexidade, pelo seu grau de flexibilidade, o grau de transigência, o grau da diversidade, do não sectarismo, o grau da democracia que aqui tem o seu mais alto nível.

Aqui estão representadas todas as forças políticas.

Aqui tive contato com aqueles que serão nossos contendores no processo eleitoral, inclusive muito recente, porque vamos ter que realizá-los agora, já estamos nos confrontando politicamente.

Mas que esta Casa dá um sinal de lha-neza, de gentileza até, de civilidade. Aqui pudemos discordar, mas aqui como em qualquer lista civilizada a discordância fica nos níveis compatíveis com a convivência humana. Esse é um ensinamento que o Parlamento dá.

Por isso talvez tenha dificuldade de ser entendido por aquele senso comum, que é maniqueísta, que vê sempre a luta entre o bem e o mal, que não vê a diversidade, a diferença, o pluralismo como uma das coisas fundamentais.

E o Parlamento é exatamente isso. É de saber garantir essa diversidade, essa diferença, esse pluralismo. Quero dizer que sou parlamentarista por formação política, mas principalmente, porque construir a minha atividade pública a partir dos Parlamentos e respeito profundamente o Parlamento, porque não vejo nele algo que é um certo consenso, um mau consenso nacional de que ele é próprio da fisiologia e do clientelismo. Pode até existir políticas clientelistas e fisiologistas, sociedades não tão democráticas como a nossa abre espaço para isso. Mas essa é uma Casa política, e como tal está demonstrando hoje a nível nacional que é capaz de vivermos uma crise das mais sérias, das mais profundas da República brasileira, é no Congresso Nacional que se vislumbra a possibilidade de intervenção democrática sem

que haja desborde que possa significar retrocessos, que possa significar rupturas, que possa significar o fim dessa aventura democrática que tanto custou a nós começar a construir.

Eu agradeço a gentileza da Casa, fico evidentemente satisfeito, fiquei surpreso, mas de qualquer forma, recebam um abraço do Presidente Nacional do Partido Popular Socialista, de um homem que acredita e que luta pelo socialismo e que em nome de seus companheiros aqui do Paraná e especialmente de Curitiba, querem dizer que esta Casa faça valer exatamente este princípio do pluralismo, como base da democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós agradecemos a visita do Deputado Roberto Freire e queremos dizer que esta Assembléia luta pelo aprimoramento democrático. Tanto assim é verdade que todos aqueles que quiseram falar nesta Casa o fizeram com ampla liberdade em todos os setores da vida pública, e nós ficamos satisfeitos com a sua presença, Sr. Deputado.

A Mesa comunica ao Plenário que amanhã

será incluída na ordem do Dia, a votação do projeto de resolução que nega plebiscito para que se crie o Estado do Iguaçu.

Encareço a necessidade da presença dos Senhores Deputados, para que possamos, no dia de amanhã, negar que se realize o plebiscito na região que pretende mutilar o Paraná. - Adiada a discussão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 178/92.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 111, 190, 197, 200 e 205/92.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 201/92.

Levanta-se a sessão.